



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

Tradução

## INTERPELAÇÃO ESCRITA

Nos últimos dois meses, surgiram em Macau notícias relacionadas com a qualidade das construções de habitação pública, como o caso da “parede oca preenchida com sacos de papel”, o “desprendimento de azulejos” no Edifício do Lago, e o de milhões de patacas gastos pelo Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais (IACM) para a reparação do Parque Central da Taipa. As razões de todos esses acontecimentos foram justificadas com alegações como “deficiências na execução das obras e na qualidade do material de construção”, “fenómeno de dilatação térmica dos azulejos” e “falta de conhecimentos dos trabalhadores quanto aos critérios de exigência na execução das obras”. Assim, parece que nem as entidades adjudicatárias responsáveis pelas obras nem as entidades de fiscalização têm que assumir qualquer responsabilidade.

Parece que se tornou normal, nos grandes empreendimentos, o aparecimento de fenómenos como o reforço das despesas orçamentais, os atrasos na execução das obras e a qualidade deficiente do material utilizado. Acresce que, de entre esses problemas, tem-se registado um número



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

crescente de casos relacionados com a utilização de material deficiente, uma situação que tem desvalorizado o impacto positivo que os projectos deviam ter, para além de acarretar o dispêndio do erário público para essas construções defeituosas, afectando o bem-estar da população. Por outro lado, quando é descoberto algum problema, parece que ninguém tem que assumir responsabilidades, o que contribui para o aparecimento sucessivo de mais problemas, uns a seguir aos outros, colocando gravemente em questão a credibilidade do Governo devido à falta de um regime completo para a sanção, fiscalização e responsabilização.

— Nesses termos, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1 – O Governo tinha dado garantias de que, nos empreendimentos públicos, seria assegurada a qualidade das construções e que, se a responsabilidade pela ocorrência de algum problema de qualidade fosse atribuída à entidade adjudicatária das obras, as autoridades iriam, certamente, aplicar a sanção devida à entidade responsável. Quanto aos grandes empreendimentos públicos desenvolvidos durante os últimos três anos, qual é o balanço das sanções aplicadas aos adjudicatários e a outras entidades responsáveis das obras, devido a problemas relacionados com a qualidade? Quais foram as sanções aplicadas em concreto? As autoridades competentes avaliaram se o regime sancionatório é eficaz como factor de dissuasão?



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

2 – O Governo tem vindo a reafirmar a importância da fiscalização da qualidade nos empreendimentos públicos, especialmente nos projectos de natureza específica e de maior envergadura. Para estes projectos especiais, a fiscalização é realizada pelo pessoal técnico dos serviços competentes na área das obras públicas. Além disso, as autoridades contratam empresas de consultadoria e de fiscalização para os seus serviços, coordenando a execução de obras e fiscalizando a qualidade dos materiais e a recepção das obras, com o objectivo de assegurar a qualidade da construção em geral. Porém, apesar desta fiscalização rigorosa, por que razão é que ainda se verificam casos sucessivos de problemas com a qualidade das construções? Existe alguma deficiência na responsabilização ou na fiscalização pelas entidades competentes? Considerando o que foi referido, quais as medidas concretas das autoridades para rever e aperfeiçoar a situação, no sentido de evitar a repetição dos problemas registados?

3 – Segundo algumas opiniões, o aparecimento frequente de problemas de qualidade nos projectos públicos deve-se fundamentalmente à falta de um regime eficaz de responsabilização. Deste modo, como é que as autoridades atribuem as responsabilidades por esses problemas nos projectos públicos às respectivas entidades adjudicatárias de construção e de fiscalização? No caso do problema de qualidade verificado no Parque Central da Taipa, o Governo



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

pode explicar por que razão, ao serem descobertos os problemas, não foi primeiro apurada a responsabilidade, sendo o Governo a assumir as despesas avultadas com a reparação?

**O Deputado à Assembleia Legislativa,**

**Chan Meng Kam**

2 de Março de 2015